

9.12"1140"(04





JOAQUIM FURTADO MARTINS
ADVOGADO

BARCELOS

na Fundação e na Restauração de Portugal



Discurso Patriótico e Histórico pronunciado no dia
2 de Junho, do Ano dos Centenários, no Salão
Nobre da Câmara Municipal de Barcelos



BARCELOS
1940

Comissão Municipal
de Turismo

Ofício de Autógrafa

Barcelos

10-9-1940

A TODOS OS PORTUGUESES QUE NESTA HORA
DE REVISÃO E DE ARREPENDIMENTO, TRA-
BALHAM E LUTAM, POR UM PORTUGAL
DIGNO DOS HERÓIS DA FUNDAÇÃO E DA
RESTAURAÇÃO.



Repetido

Barcelos
Perm.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO ———
COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS ———

SENHOR PRESIDENTE
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES :

Ao amável e honroso convite da Comissão local dos Centenários, para usar da palavra nesta sessão solene, confesso ter ficado embaraçado com a resposta a dar, tais eram as responsabilidades que ia contrair.

Pensei; consultei a minha consciência, dei balanço à tarefa e aos recursos de que dispunha para a levar a bom termo e, se por um lado, desde logo verifiquei que se o fazer ouvir a minha voz em tam magna sessão, era duma grande responsabilidade, logo vi também, que a minha pessoa aqui nada significava, que era a voz de Portugal, que aqui vinha aquecer e reconfortar com uma prece e uma oração de Fé todos os portugueses, que eram os nossos Heróis e os nossos Mortos, numa inteira comunhão com os vivos, a dizer-nos: a-pesar-de volvidos séculos, estamos convosco, estamos por Portugal.

Como resposta a êsse grito, e a êsse chamamento, cujo som não se perdeu no longo caminhar de oito séculos, estou eu aqui, em vosso nome, a responder-lhes e a jurar-lhes que saberemos guardar a herança que nos legaram, e a prometer-lhes, que havemos de transmitir aos vindouros, o Grande Portugal que os nossos Reis e os nossos Santos nos deixaram.

*

*

*

A esta mesma hora, em todos os recantos de Portugal e do Império, rezam todos os Portugueses no altar da Pátria com os olhos postos em Deus; milhões de vozes rezam em cântico a esta mesma hora, a nossa epopeia quasi milenária.

Iniciam-se hoje em todo o Império, as Festas Comemorativas da Fundação e da Restauração da Pátria, e quis o Governo de Portugal, que estas duas datas, não passassem no tropel dos tempos, sem que todos os portugueses nelas meditassem um pouco, querendo assim que elas sirvam, para que Portugal inteiro, numa profunda e uníssonas concordância com a História, tire delas incentivos para novas caminhadas de séculos.

Servirão pois, as Comemorações da Fundação e da Restauração, para que todos os portugueses aprendam cada vez melhor a amar e a servir Portugal, voltando os olhos do espírito para a História Pátria, para que dela colham para o presente e para o futuro, ensinamentos que têm séculos de experiência, e à sombra dos quais, ainda hoje nos retemperamos, nos momentos de crise nacional.

E digo retemperamos, porque sei não haver português, que se não sinta nesta hora aquecido pela luz espiritual que há oito como há três séculos, aqueceu os Heróis da Fundação e da Restauração, substanciados em D. Afonso Henriques e D. João IV, e não esteja baixinho, a dizer-lhes e a jurar-lhes: Havemos de continuar a Vossa obra, lutando por um Portugal, que não possa ser uma contradição daquelle que por Vós foi Fundado e Restaurado.

Nas glorificações do Passado, os povos ganham em unidade e em virtude; aprendem a conhecer a razão da sua finalidade e a fazer o exame de consciência para melhor encararem o futuro.

Aprendem com a lição viva da História, outro fim não têm as Comemorações Centenárias, a reparar erros e passos em falso, a pro-

curar na sua unidade tradicional, Portugal representa o maior exemplo de unidade que conheço, a sua integração em conceitos e princípios doutrinários, à sombra dos quais, se criou o maior de todos os Impérios.

Mercê dessa unidade, podemos hoje festejar oito séculos, e estamos certos que a revisão histórica que Portugal hoje inicia, há-de ensinar-vos a amar e a compreender melhor a nossa História e a Tradição, ou melhor ainda, há-de fazer-nos mais Portugueses.

A esta mesma hora, Portugal inteiro comunga de joelhos em Nossa Senhora de Oliveira, na Batalha, nos Jerónimos e em Vila Viçosa, solar da Pátria onde se recolheu durante 60 anos o sonho restaurador do Sebastianismo, a esperança viva de que Portugal não morrera.

A esta mesma hora, terra por terra, ou como quem diz, Portugal e todo o Império, revive as suas virtudes e jura perante Deus, que as há-de guardar sempre immaculadas e impolutas.

É êste o tema que pretendo pôr diante de V. Ex.^{cias} e provar que Barcelos, terra sob todos os títulos nobre e ilustre, largo papel teve na Fundação e na Restauração de Portugal.

* *
* *

Por êste torrão fecundo, que a natureza encheu de encantos, retiniu no alvorecer do século XII a espada invencível de D. Afonso Henriques, a disputar ao Conde de Trastámara, a herança que seu pai, o Conde D. Henrique, lhe havia deixado.

Antes pois, como vai mostrar-se, de Portugal ver reconhecida a sua independência, e de D. Afonso Henriques usar o título de Rei, já a gente barcelense batalhava com o seu Príncipe, na realização do sonho sagrado de Emancipação.

Não faltam documentos, pelos quais o primeiro Rei de Portugal, em mercê e dádiva agradecida, outorgue honras a valorosos súbditos por auxílios prestados, prova insofismável, de que à gente barcelense, coube grande papel na Fundação da Nacionalidade.

Em 1126, outorgava D. Afonso Henriques, então ainda Infante, ao Mosteiro Beneditino de S. Martinho de Manhente do qual era seu Abade Gomes Ramires, honrarias e mercês, em testemunho « *do serviço que tendes feito, e haveis de fazer, e também pelo amor e lealdade que me tendes* », assim reza aquela carta de doação, e por D. Afonso Henriques, batalharam os Castelos de Neiva e de Faria, podendo nós afirmar, ter sido nestes baluartes, que *nasceu Portugal*.

Foi portanto a gente Barcelense, a primeira que lutou pela Nacionalidade e que pela sua Fundação verteu sangue, opondo-se à absorção do Condado de Portucalense, pelo estrangeiro Fernám Peres de Trava.

Nestes redutos, na terra portuguesíssima por onde se estende hoje Barcelos, tremulou pela primeira vez, a Bandeira de Portugal e foram os Barcelenses, os companheiros de armas do Príncipe que por aqui começou a talhar com o seu montante, o nosso Glorioso Reino.

Hemígio Moniz, Senhor das Terras de Faria, e de outros senhorios, fronteiro-mor de Entre-Douro e Minho, foi a personagem mais importante da revolução de 1128 não devendo nós esquecer também, o nobilíssima figura de Egas Moniz, o fundador da ermida de Nossa Senhora da Franqueira e de D. Paio Mendes, Arcebispo de Braga.

Não esqueceu D. Afonso Henriques a lealdade e os muitos serviços prestados pela gente Barcelense à causa da Fundação da Nacionalidade, o mesmo que é dizer, não esqueceu Portugal tantos feitos de valor, já que a realeza se identifica com a própria Pátria, por a ter talhado e criado com o seu sangue e o seu esforço.

Assim, em data que podemos fixar entre 1140 e 1146, outorgou D. Afonso Henriques foral a Barcelos, chamando-lhe, certamente por a trazer muito perto do coração,—*MEAM VILLAM DE BARCELOS*,—foral que foi confirmado por D. Afonso II em 1256 e mais tarde, por outros Reis, guardando-se no arquivo do nosso Município, o foral novo de D. Manuel I, que tem a data de 7 de Agosto de 1515.

Em 1298, criava El-Rei D. Diniz o primeiro condado vitalício da vila de Barcelos e seu termo, dando-o ao seu parente D. João

Afonso Telo (de Meneses) pelos altos serviços que êste havia prestado a Portugal como negociador da paz de Alcanizes em 1297 com Fernando IV de Castela, pela qual a Nação obteve um alargamento territorial.

Possue pois Barcelos, a maior distinção: ser o primeiro condado em Portugal criado, pergaminho grande, entre outros tam grandes e ao qual se deve, o comêço da sua importância na vida social e política da nação.

Não precisava Barcelos de mais nada, para fazer avultar o seu elevado papel na Fundação da Pátria, uma vez que foi dos seus baluartes, entre os quais sobressai a fortaleza medieval do Castelo de Faria, que se começou a talhar Portugal, alicerçado e regado com o valor e o sangue de Barcelenses.

Fundada a Nacionalidade, não deixou Barcelos em tôda a grandeza da nossa História, de ter nela um papel de primacial importância, ilustrando-a com feitos de valor e lealdade.

¿Quem desconhece o feito do Alcaide de Faria, defendendo com a vida o Castelo do mesmo nome, do assalto das hostes de Henrique II de Castela, morrendo à vista de seu filho a quem exortava a não entregar a vélha fortaleza?

Por melhores que fôssem as minhas palavras, a descrição perderia tudo se não desse lugar ao cronista medieval Fernão Lopes.

Passo portanto a ler as passagens dos capítulos LXXVIII e LXXIX, da Crónica de D. Fernando, no vernáculo português em que estão escritas, nas quais, Nuno Gonçalves exorta o filho a não entregar o Castelo e a defendê-lo até ao último esforço.

« Filho, bem sabes como êste Castelo me foi dado por El-rei D. Fernando, meu Senhor, que o tivesse por êle, e lhe fiz por êle menagem; e, por minha desventura, eu saí dêle, cuidando de o servir, e sou agora prêso em poder dos seus inimigos, os quais me trazem aqui para te mandar que lho entregues ».

« E porque isso é cousa que eu fazer não devo, guardando minha lealdade, por isso te mando, sob pena de minha bênção, que o não faças, nem o dês a nenhuma pessoa, senão a El-rei, meu Senhor, que mo deu ».

« Pois para te aperceber disto, me fiz aqui trazer, e por tormentos e morte que me vejas dar, não o entregues a outrem senão a El-rei, meu senhor, ou a quem êle to mandar entregar por seu recado ».

.
.

« E o filho de Nuno Gonçalves manteve o castelo como lhe seu pai mandou; e depois lhe deu El-rei um mui honrado beneficio porquanto lhe aprouve escolher vida de clérigo ».

Assim, à sombra de tantos feitos, se foi engrandecendo Barcelos, e marcando na História Pátria, um lugar de excepcional destaque.

Retomando a história do Condado, que El-rei D. Diniz criara e havia doado a D. João Afonso Telo (de Meneses), fêz El-rei D. João I, pela morte em Aljubarrota do 6.º Conde de Barcelos, D. João Afonso Telo, dêle doação ao seu Condestável D. Nuno Álvares Pereira, o vencedor de Aljubarrota, Atoleiros e Valverde, tendo assim Barcelos como 7.º conde, a figura notabilíssima de S. Frei Nuno de Santa Maria.

Em 1401, casava a filha do Santo Condestável, D. Brites Pereira, com o infante D. Afonso filho de El-rei D. João I, passando por isso o condado para a estirpe real e juntando o infante D. Afonso em 1442, ao título de 8.º Conde de Barcelos, o de 1.º Duque de Bragança.

Fica assim a vila de Barcelos, elevada depois a ducado em 1526, estreitamente ligada à coroa e à Casa de Bragança, donde mais tarde, no século XVII, por sucessão, saíram os Reis da Dinastia Brigantina.

Marca esta época para Barcelos, um período de extraordinário engrandecimento, de que foram promotores os seus donatários de tam lídima estirpe, devendo ter-se como provável, ter sido em 1413 que foi iniciada a fortificação desta vila, sendo pelo 8.º conde D. Afonso, erigido o Paço dos senhores Donatários de Barcelos, como aos mesmos

se deve, o restauro da ponte sôbre o Cávado e a fundação da Colegiada.

Aos Condes de Barcelos e Duques de Bragança, deve pois a nossa Terra tôda a sua grandeza monumental e tôda a sua importância social e política, como já atrás notamos.

Se nos demoramos mais um pouco, na história de Barcelos nos séculos XIV XV e XVI, é porque ela pelo seu brilhantismo, representa a seqüência lógica do esforço barcelense na Fundação de Portugal, e ajuda a compreender e a explicar, o papel importante que Barcelos teve na Restauração de 1640, como vamos mostrar.

A íntima comunhão que Barcelos viveu com a coroa, comunhão estreitada pelos seus Condes e pelos seus Duques, fêz com que os Barcelenses mantivessem sempre bem alto o sentimento da Pátria e a acompanhassem em todos os seus períodos de glória e de crise.

O sonho da conquista dum império ao mouro infiel por El-rei D. Sebastião, que atrás de si levou às plagas africanas, na mesma sêde de Glória e de acrisolado sentimento de Fé, a fina flor de Portugal, grande contingente de Barcelenses acompanhou o Duque de Bragança nessa expedição e foi um filho ilustre desta Terra, Gaspar Góis do Rêgo, o alferes do estandarte das tropas que aquêlê Duque levou a pelejar em África.

Em Alcácer-Quibir, o sonho heróico duma Pátria de Heróis, a neblina onde a Casa de Áustria viu perdida a dinastia de Aviz, mas onde os Portugueses, não viram mais que um poente de sangue, esperança duma aurora refulgente e criadora, nasceu a lenda do Encoberto, que mais não era, que a consciência de que Portugal, numa idade já quatro vezes secular, não podia morrer.

Por isso, a dominação de seis décadas dos Filipes, não é mais que um pesadêlo na nossa História Pátria, um sono que a consciência nacional não dormiu, pois Portugal, não podia representar no diadema da opulenta Casa de Áustria, mais que uma preciosa pérola encastoadá à pressa, sem ter a ligá-la, qualquer elemento que lhe desse solidez.

Portugal não tinha morrido; o pesadêlo que parecia tê-lo adormecido, tentou por várias vezes quebrar-se e foi Barcelos, uma das terras Portuguesas que mais procurou afastar êsse sonho mau, negando-se a acatar mais uma extorsão dos Filipes, o aumento de impostos ordenado pelo govêrno de Olivares, em nome de Filipe IV de Espanha.

À opposição da Câmara de Barcelos, de que era vereador Belchior Góis do Rêgo, descendente do Alferes Barcelense, só pôs têrmo, a carta conciliadora do Duque de Bragança, o futuro D. João IV, dirigida à mesma vereação em 26 de Maio de 1636.

Isto prova o profundo respeito que Barcelos tinha pelo seu Duque, antevendo na sua Casa, a esperança da libertação Pátria, pois só por essa razão, é que Barcelos cedeu, «*pelo muito respeito que tinham por S. Ex.^{cia} o Senhor Duque e visto não haver lugar agora para mais que obedecer*».

Aclamado no 1.º de Dezembro de 1640, Rei de Portugal o donatário desta Terra, a Barcelos estava reservada mais uma ocasião, de mostrar a sua lealdade e o seu acrisolado patriotismo.

Assim, logo após a Restauração, foram expedidos correios para as principais terras do Reino a espalhar tam feliz Nova, mandando que fôsse aclamado Rei de Portugal o Duque de Bragança.

E foi Barcelos, logo em 7 de Dezembro, antes do Pôrto, de Braga, Guimarães e de muitas outras terras, a primeira do Minho, a fazer a aclamação de El-rei D. João IV como rei de Portugal, o que fêz públicamente, com a assistência da nobreza, clero e povo pela voz de Francisco Gouveia Mendanha.

E foi a decisão de Barcelos, na aclamação de El-rei D. João IV, que acabou com a hesitação de outras terras, como se pode ver, pela acta de aclamação da Câmara do Pôrto de 8 de Dezembro de 1640, onde se lê o seguinte :

«E logo assentarão que se escrevesse á Cidade de Braga, Viana, Ponte do Lima, Marante, Guimaraens, E Vila Real, Vizeu, Tran-

coso e Pinhel e se despachassem próprios com as ditas Cartas em toda a diligencia, dandolhe conta de que esta Camara avia feito e que para melhor instrução do que deviam fazer, lhe fôsse tambem inserta a cópia da Carta que esta Camara teve dos governadores E cuja cópia he a se segue ».

Esta carta, deixa segundo a melhor interpretação que dela se queira fazer, a impressão, aliás certeza, de que o Pôrto, onde a notícia do que se havia passado em Lisboa no 1.º de Dezembro de 1640, devia ter chegado, possivelmente um dia antes de em Barcelos ser conhecida, que naquela cidade já se devia saber em 8 de Dezembro, que Barcelos havia aclamado o Duque de Bragança, Rei de Portugal.

E isto, é tanto mais certo, que aquella parte da acta da aclamação de D. João IV que acima fica transcrita, não enúmera Barcelos entre as terras que nela se mencionam, mas sim outras vizinhas e algumas muito afastadas, como Vila Real, Viseu, Trancoso e Pinhel, onde por certo, já se devia ter feito a aclamação quando lá chegasse o correio expedido do Pôrto.

Daqui, pode concluir-se, e a conjectura tem tôda a lógica a apoiá-la, de que foi Barcelos, aclamando D. João IV em 7 de Dezembro, que fêz vencer as hesitações da mui nobre e leal cidade do Pôrto.

A corroborar esta conclusão, temos que Braga, Guimarães e Viana, cidades citadas na aludida carta expedida pela vereação portuense, só fizeram a aclamação, em 11 Braga, Guimarães possivelmente em 11 ou 12 e Viana em 20 de Dezembro.

Seja como fôr, a notícia de que o Pôrto, a segunda cidade de Portugal, hesitou na aclamação do Duque de Bragança está no facto, de em 13 de Dezembro, D. João IV fazer expedir para aquella cidade nova carta, na qual diz « *esperar que o houvessem aclamado* ».

Ora não consta, que Barcelos recebesse idêntico correio, certamente, porque a notícia do que aqui se havia passado em 7 de Dezembro, chegou célere a Lisboa, facto que mereceu a El-rei a seguinte

carta, dirigida aos vereadores da Câmara de Barcelos em 4 de Fevereiro de 1641.

« Juiz, vereadores e procuradores da Camara de Barcelos. Eu El-rei vos envio muito saudar ».

« D. Gastão Coutinho, meu capitão general dessa provincia, me deu conta do amor e fidelidade com que os moradores dessa vila, acodem a meu serviço do que estou com a devida satisfação e pareceome dizervo-lo por esta carta para que o tinhaiis entendido e o significareis a todos da minha parte o que hei de ter viva lembrança de tam bons vassallos que estimo tanto para folgar de vos fazer favor e mercê em comum e em particular nas ocasiões que se offererem conforme aos merecimentos de cada um. Rey ».

« Escrito em Lisboa, a 4 de Fevereiro de 1641 ».

A espontaneidade de Barcelos, na aclamação de El-rei D. João IV, o papel preponderante que teve nas lutas da Restauração que durante 28 anos tivemos de sustentar com a Espanha, até ao tratado de paz assinado em Lisboa em 13 de Fevereiro de 1668, marcam bem o papel de relêvo e de destaque que a nossa Terra ocupa na Restauração Pátria.

A combater por Portugal Restaurado, verteu Barcelos o melhor do seu sangue, não podendo deixar de referir o nome illustre de Diogo de Melo Pereira seu Capitão-Mor e as vitórias que alcançou contra os espanhóis em várias terras do norte do Minho, principalmente junto a Melgaço.

Não quero ainda deixar de narrar um feito praticado por Francisco de Gouveia Ferraz, parente de Francisco de Gouveia Mendanha, o aclamador de D. João IV, também contra os espanhóis.

Na defesa do nome do seu Rei, que os inimigos infamavam com palavras indecentes, lançou-se a nado com a espada na bôca seguido por alguns soldados, e uma vez na outra margem, pôs em fuga e derrotou os castelhanos.

Assim foi a gente Barcelense; crente em Deus, na Pátria e fiel ao seu Rei e batalhando sempre por Portugal.

Muito mais havia a dizer sôbre Barcelos, na Restauração de 1640.

Os seus feitos, mereceram ser perpetuados, e estão narrados numa Relação Histórica, escrita em Barcelos por Manoel da Rocha Freire e oferecida ao infeliz Príncipe D. Teodósio, primogénito de D. João IV, não comportando o tempo de que disponho, uma análise embora ligeira, a êsse documento.

Não fica mal, antes completa estas singelas notas, dizer mais algumas palavras, sôbre Barcelos até aos nossos dias, não passando em claro alguns factos que muito nos honram e porque a história de Barcelos, em tôdas as idades, tem factos dignos de registo.

Em 1705, é iniciada a construção do templo do Senhor da Cruz, no lugar onde em 1504 se dera o Milagre das Cruzes e em substituição duma ermida que nesse lugar existia e, se a feira de Barcelos, já era anterior ao Milagre das Cruzes só no século xvi, adquiriu foros de mercado importante.

À Casa de Bragança, deve Barcelos no último quartel do século xviii, uma das obras mais monumentais, as Obras, ou Passeio Público dos Assentos, construção de grande elegância e beleza.

Muitos mais feitos de valor poderia citar-vos, pois muitos mais temos dignos de ser tidos na memória; não cabe porém no âmbito dêste trabalhado, mais longo respigar na farta seara barcelense.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Em breves e desataviadas palavras, fizemos uma singela resenha da história de Barcelos, mostrando quam brilhante ela foi, pelos muitos feitos dos nossos Passados.

Não quero porém terminar, sem lembrar aqui uma grande figura do nosso tempo, orgulho da Igreja, de Barcelos e de Portugal,—a do Santo Bispo Dom António Barroso; ela não pode esquecer-se num momento em que temos de falar da Pátria, pois a Êle se deve, em muito, a consolidação do nome Português nas terras da África e da Asia.

Mostrei há pouco, o elevado sentido das Comemorações Centenárias e a alta finalidade do Govêrno em querer que elas revistam um alto cunho espiritual e histórico.

Portugal, hoje em franca renovação sob a égide de Salazar, sem dúvida, um dos maiores estadistas contemporâneos, procura ganhar pelo amor e pela paz, a sua consciência imperial e alicerçá-la em conceitos e verdades há muito tempo esquecidas.

É assim que procede o ditador mais silencioso do mundo, mas o mais sensato e o mais sábio, de todos quantos conhecemos.

Enquanto quasi tôda a Europa, está sendo varrida por ondas de metralha e banhada em rios de sangue nós, nesta hora, somos no mundo a afirmação única dum pacifismo consciente, o povo que mais alto levanta o facho da espiritualidade.

Enquanto que o patriotismo de muitos povos, se aquece ao som de falsos cânticos acompanhados pelo rufar ôco de tambores, nós aquecemos o nosso, contemplando-nos melhor, procurando engrandecer-nos no fortalecimento das virtudes com que foi argamassada a nossa Pátria.

É esta a forma, porque têm de ser vistas as Comemorações Centenárias, defenidas com uma precisão admirável, na nota oficiosa de Salazar de 27 de Março de 1938.

Ilustra Salazar ainda êste ano áureo das Comemorações Centenárias, com a Concordata e o Acôrdo Missionário, firmado há pouco entre Portugal e a Santa Sé.

Na realidade, tam importantes Acôrds, vieram dar mais relêvo às Festas que hoje têm o seu início e não podiam ter melhor opor-

tunidade, pois representam o reconhecimento por parte de Portugal, dos princípios morais que têm por base a Fé Católica, à sombra da qual, a Nacionalidade nasceu e cresceu.

«Nem a lógica ou merecimento dos princípios, nem o prestígio do Poder Público podiam admitir, em período de reconstrução nacional e de revisão de valores, uma separação hostil entre os interesses espirituais e os interesses da Nação que historicamente figuravam como aliados».

.

«Um pacto com Roma presidiu à fundação da nacionalidade portuguesa; dum novo pacto pode esperar-se auspicioso impulso para a sua comemoração solene e para a renovação das prosperidades e glórias que à mesma queremos e devemos associar».

Assim, em frases que não poderão mais morrer, se dirigiu Salazar à Nação ao anunciar a assinatura da Concordata e do Acôrdo Missionário.

Para tam grande Chefe, vão as nossas homenagens de português.

Ao Venerando Chefe do Estado, General Carmona, a quem a Nação deve serviços que nunca mais poderão ser esquecidos e por quem, Portugal inteiro, em homenagem à Sua Nobre Figura de Português mostra o maior respeito e carinho, endereço daqui, em nome de Barcelos as mais vivas, as mais sinceras e calorosas saudações.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Acabei de mostrar, socorrendo-me de elementos que pacientes investigadores têm carreado para a história de Barcelos, aos quais aqui lavro o meu público testemunho de agradecimento, quanto a nossa Terra tem de nobreza e o quanto pode no dia de hoje, erguer alto os seus pergaminhos.

Nem de outra forma se compreendia, a attitude duma Terra que viu nascer e crescer Portugal.

É portanto, cheio de lógica o proceder de Barcelos. Nasceu Portuguesa, com o foral do primeiro Rei, e Portuguesa quis sempre ser.

E há-de sê-lo, afirmámo-lo agora nós.

Barcelenses: Sob pena de renegarmos um passado de oito séculos, temos de estar de pé, por Portugal, nesta hora conturbada que passa e que contrasta com a ordem e com a espiritualidade que nos une.

Sempre, como vos mostrei, estivemos ao lado de Portugal e Portugal conta connosco para poder marchar na luminosa estrada do Futuro.

TENHO DITO

Barcelos, aos 2 de Junho, do Ano dos Centenários.



biblioteca
municipal
barcelos



1394

Barcelos na Fundação e na
Restauração de Portugal